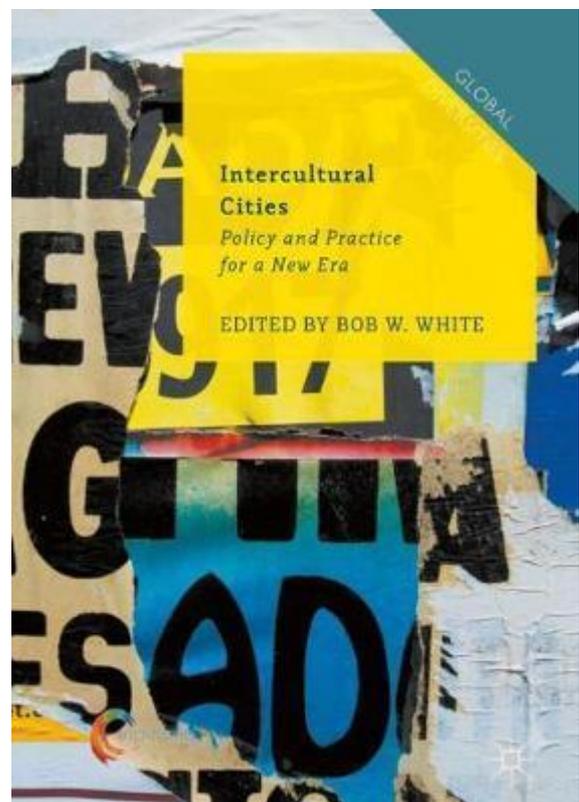


Resenha:

WHITE, Bob (Org.). *Intercultural Cities: Policy and Practice for a New Era*. Cham: Palgrave Macmillan, 2018

Oscar Augusto Berg¹

Université du Québec à Montréal (UQAM)



O coletivo '*Intercultural Cities: Policy and Practice for a New Era*' [Cidades interculturais: política e prática para uma nova era, em tradução livre], organizado pelo antropólogo Bob White, da Universidade de Montreal, se encontra na interseção de dois temas emergentes na agenda de pesquisa das ciências sociais, a saber, os estudos urbanos e os estudos sobre migrações. Ele reflete sobre os

¹ Doutorando em Ciência Política na Cátedra do Canadá em Estudos Quebequenses e Canadenses (CRÉQC), da Universidade do Quebec em Montreal (UQAM), é Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: oscar.b5@hotmail.com

desafios encontrados por um conjunto de cidades na produção e implementação de políticas para o reconhecimento, a inclusão e a valorização de minorias étnicas sob o prisma da interculturalidade.

Publicado em 2018, ele é resultado dos trabalhos do Fórum de Montreal sobre as Cidades Interculturais, promovido quatro anos antes pelo Laboratório de Pesquisas em Relações Interculturais (LABBRI), dirigido pelo Prof. White, em parceria com o Conselho da Europa e a Prefeitura de Montreal. Em um sentido mais amplo, contudo, seria possível sustentar que a publicação resulta de décadas de expertise acumulada por acadêmicos e agentes públicos na consolidação de uma abordagem intercultural para a gestão da diversidade e da diferença.

Com efeito, encontramos em *Intercultural Cities* reflexões não apenas acadêmicas, mas também voltadas à prática política. Os seus autores são professores universitários, pesquisadores, funcionários, coordenadores, diretores e especialistas de órgãos e agências públicos, formados em áreas tão variadas quanto a comunicação e o urbanismo, as artes e a psicologia, o jornalismo e as diferentes disciplinas das ciências sociais. Os seus textos têm como público primário *policymakers* e planejadores urbanos, mas também se dirigem aos públicos acadêmico e do mundo associativo. Esta diversidade de audiências, filiações e origens institucionais, profissionais, intelectuais e metodológicas se reflete na estrutura adotada pela publicação.

Os quinze capítulos da publicação foram divididos em três seções com focos distintos. Após um capítulo introdutório do organizador da publicação, a primeira seção - 'Políticas e Cidades Interculturais' - fornece a base teórica para as discussões subsequentes. Os autores dos seus três capítulos examinam a emergência da abordagem intercultural após o anúncio da "morte do multiculturalismo europeu"², os papéis que cidades podem exercer nesta virada de paradigma e as características das ditas cidades interculturais.

² Ver GAGNON, BOUCHER, 2017.

Em seguida, a seção ‘Um conto de sete cidades’ propõe relatos dos processos de adoção e implementação de políticas interculturais em seis cidades europeias³ e em Montreal. Estes relatos se caracterizam pela diversidade tanto do ponto de vista de suas sensibilidades - alguns textos são mais acadêmicos, enquanto outros textos têm orientação mais política - quanto das próprias diferenças entre as cidades: algumas são capitais nacionais, enquanto outras são metrópoles de minorias nacionais em busca de independência; algumas são cidades-satélites de grandes centros, enquanto outras são cidades de interior. Estes estudos de caso são particularmente interessantes, pois não tem como única concentração os resultados obtidos pela adesão ao interculturalismo, mas também reportam as dificuldades encontradas ao longo das diferentes etapas deste processo, as estratégias privilegiadas para contornar os obstáculos e os meios empregados para avaliar as políticas e os desenhos institucionais adotados.

Por fim, a seção final ‘O Fórum de Montreal e além’ revisa criticamente os trabalhos e resultados do evento de 2014, debatendo as dificuldades encontradas para a proposição de um modelo de comparação de cidades interculturais e a adoção de uma declaração de princípios de cidades interculturais. Em conclusão, o artigo do professor White sugere cinco temas que devem guiar o desenvolvimento de pesquisas e políticas para o futuro das cidades interculturais, a saber: transversalidade, mobilização, avaliação, interações e pertença.

Para além destas delimitações, chama a atenção o fato de todas as seções mobilizarem o debate sobre o significado do interculturalismo, um elemento interessante, sobretudo, quando buscamos aplicar os textos para refletir sobre a realidade brasileira, na qual, tanto do ponto de vista das políticas públicas municipais (mas poderíamos aqui adicionar também aquelas estaduais e federais), quanto daquele acadêmico, conceitos como o de interculturalismo e

³ São elas: Oslo, Noruega; Barcelona, Espanha; Botkyrka, Suécia; Reggio Emilia, Itália; Lewisham, Reino Unido; Neuchâtel, Suíça.

multiculturalismo⁴ não se encontram no cânone das ciências sociais brasileiras como podem sê-lo nos contextos quebequense ou europeu.

As Cidades Interculturais vão além do foco do multiculturalismo de reconhecer o caráter positivo da diversidade. Elas entendem que a discriminação opera não apenas na dimensão simbólica, mas também material, na satisfação de necessidades básicas de vida, como o acesso à habitação e ao mercado de trabalho. Assim, elas se preocupam em criar uma “nossa cultura”, focando na construção de uma identidade coletiva pluralística, dinâmica e continuamente renegociada para remover barreiras mentais e preconceitos, aumentar confiança e coesão e promover um sentimento de pertença que transcenda especificidades étnicas, linguísticas e religiosas, nem supervalorizando nem ignorando as diferenças. Para uma das autoras:

Interculturalismo é um *political framework* para alcançar coesão, igualdade e desenvolvimento em sociedades diversificadas. Os princípios basilares do interculturalismo são o respeito igualitário para todos como indivíduos com direito à liberdade e à responsabilidade, reciprocidade cultural e o desejo de aceitar a hibridização cultural como um fator para mudanças e desenvolvimento (GUIDIKOVA, 2018, p. 60).

No entanto, como se depreende da leitura de *Intercultural Cities*, a experiência das cidades interculturais hoje consolidadas testemunha de uma multiplicidade de concepções diferentes de interculturalismo, de modo que, para além do conjunto mínimo de elementos acima mencionado, não se possa evocar um conceito dominante de interculturalismo como abordagem para políticas públicas de gestão da diferença e da diversidade. Antes de configurar uma fraqueza do interculturalismo, a publicação em tela sustenta que isto é, ao contrário, uma grande vantagem do modelo, pois assegura a sua flexibilidade a diferentes necessidades, sensibilidades e tradições locais. Não por acaso, como demonstra *Intercultural Cities*, o interculturalismo tem sido aplicado com sucesso em tantas cidades diferentes.

⁴ Para um debate sobre as noções de multiculturalismo e interculturalismo, ver o volume 14, número 1, da Revista Interfaces Brasil-Canadá, em especial IMBERT (2014) e KYMLICKA (2014)

Para os leitores brasileiros, a publicação pode decepcionar em função de seu foco no espaço do Atlântico Norte. Apesar de grande a diversidade entre as cidades escolhidas, todas elas pertencem a países desenvolvidos do hemisfério norte, ainda que cidades de países em desenvolvimento também compõem a Rede de Cidades Interculturais do Conselho da Europa. Casos como aquele da Cidade do México⁵ poderiam ser interessantes de ser conhecidos por acadêmicos e agentes municipais ou comunitários das cidades brasileiras, dada a maior afinidade cultural ou econômica entre os países latinoamericanos.

Ainda assim, a obra cumpre o seu objetivo de empregar uma metodologia na interseção de várias disciplinas e filiações profissionais, combinando análises de acadêmicos e de praticantes de políticas interculturais para propor textos acessíveis não apenas à comunidade universitária, como também aos diferentes agentes que intervêm nas políticas locais para a gestão da diversidade. A este título, a sua leitura é recomendada tanto àqueles que desejam se iniciar no campo da interculturalidade como paradigma de política urbana, como àqueles que buscam ferramentas concretas para conceber ações e políticas interculturais.

Ainda que as cidades brasileiras - mesmo aquelas das mais importantes áreas metropolitanas - ainda não sejam impactadas por fluxos migratórios internacionais na mesma intensidade ou profundidade histórica de cidades como Montreal ou Barcelona, há registros segundos os quais migrantes - em especial, senegaleses e haitianos - já são vítimas de discriminação, racismo e xenofobia no Brasil (BÓGUS, GABIANO, 2015), apesar do tamanho reduzido destas comunidades em comparação às cidades e aos países destacados anteriormente.

A leitura de *Intercultural Cities* ajuda a refletir sobre a construção de cidades interculturais no Brasil como uma maneira de buscar reforçar o tecido social do país, tão abalado nos últimos anos pela quebra das promessas de

⁵ Além desta, poderíamos também mencionar as cidades de Bucareste (Romênia), Bursa e Tepez (Turquia), Ijevks (Rússia), Lublin (Polônia), Melitopol (Ucrânia), Rijeka (Ucrânia) e Subotica (Sérvia) todas elas inseridas em países que, tal como o Brasil, são considerados como 'em desenvolvimento' pelo Fundo Monetário Internacional.

desenvolvimento. Como demonstra a história e a experiência das cidades interculturais do norte, elas nem sempre puderam contar com o apoio dos outros níveis de governo para implementar suas políticas. Há até mesmo situações nas quais as municipalidades precisaram fazer face à oposição dos seus supostos parceiros governamentais nestes exercícios. Após alguns meses da alternância de poder, parece claro que o governo Bolsonaro tem na diversidade (inclusive étnica) um dos seus principais inimigos imaginários e, portanto, um dos seus alvos preferidos. Neste cenário, desenvolver cidades interculturais no Brasil para promover o reconhecimento, a acolhida e a valorização da diversidade poderá ser um ato de resistência às ações persecutórias, preconceituosas e reacionárias do novo governo.

REFERÊNCIAS

- BÓGUS, Lucia Maria M.; Maria Lucia Alves Fabiano. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. *Ponto e Vírgula*, n. 18, 2015, p. 126-145.
- GAGNON, Alain-G.; BOUCHER, François. O estado quebequense diante do desafio da diversidade etnocultural (Tradução de Oscar Augusto Berg). *Revista Interfaces Brasil-Canadá*, v. 17, n. 2, 2017, p. 75-97.
- GUIDIKOVA, Irena. Intercultural integration: from na ideology of the oppressed to the mainstream. In: WHITE, Bob (Org.). *Intercultural Cities: Policy and Practice for a New Era*. Cham: Palgrave Macmillan, 2018, p. 55-64.
- IMBERT, Patrick. L'interculturalisme. *Revista Interfaces Brasil-Canadá*, v. 14, n. 1, 2014, p. 27,41.
- KYMLICKA, Will. Multiculturalismo: o sucesso, o fracasso e o futuro (Tradução de Maria Tereza Amodeo). *Revista Interfaces Brasil-Canadá*, v. 14, n. 1, 2014, p. 123-174.
- VERTOVEC, Steven. 'Diversity' and the social imaginary. *European Journal of Sociology*, v. 53, n. 4, p. 287-312.